

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00204/2024

1 - Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.

2 - Em resposta e em recurso a SABESP: (i) informou que, em 22 de julho de 2024, foram concluídos os procedimentos de desestatização autorizados pela Lei 17.853/23 e que a SABESP, a partir dessa data, deixou de integrar a Administração Pública Indireta do Estado de São Paulo; (ii) salientou que a empresa desligou-se da plataforma FALA.SP, (iii) orientou solicitante a efetuar um novo pedido de acesso à informação; (iv) indicou todos os canais de atendimento da empresa Insatisfeito, o interessado interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 20, do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.

3 - Em análise do caso em apreço verifica-se que a companhia atendeu adequadamente a demanda apresentando as justificativas para não fornecer as informações solicitadas através da plataforma FALA.SP e indicando os canais de atendimento que devem ser utilizados após a desestatização.

4 - Nesse sentido, cumpre observar que a necessidade de manutenção de Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, nos moldes previstos na Lei de Acesso à Informação não se aplicam as entidades privadas e que a obrigatoriedade de responder diretamente a pedidos de informação obedece aos limites previstos no art. 2º da LAI:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal."

5 - Por sua vez, o Decreto nº 68.155/2023 estabelece, em seu artigo 7º, que apenas os órgãos e entidades da Administração Pública estadual estão obrigados a usar a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

"Artigo 7º - A Controladoria Geral do Estado disponibilizará módulo da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual para o tratamento dos pedidos de acesso à informação."

6 - Diante de todo exposto, conclui-se que não é possível exigir o atendimento das demandas protocoladas na plataforma FALA.SP depois da desestatização, autorizada pela Lei 17.853/23 e finalizada em 22 de julho de 2024, visto não mais se aplicar a obrigatoriedade prevista no Decreto 68.155/2023, a partir da mudança da natureza jurídica da empresa.

7 - Assim, considerando que a SABESP deixou de compor a Administração Pública Estadual indireta, **não conheço do recurso**, com fundamento nos artigos 1º e 2º da Lei 12.527/2011 e nos artigos 1º e 7º do Decreto 68.155/2023.

8 - Por fim, orienta-se que o requerente direcione seu pedido aos canais de atendimento indicados pela empresa e que informações relacionadas ao período em que integrava a Administração Pública estadual, ou decorrentes dessa relação, sejam solicitadas à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

9 - Publique-se na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - FALA.SP para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Tipo de Decisão:

Selecione

Não Conhecimento

Prazo Limite para Cumprimento da Decisão:

Selecione



Status da Decisão

